



FACULDADE INTEGRADA DE CARATINGA

FABIANO MORAES VIANA

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED), NAS EMPRESAS DE SERVIÇOS
CONTÁBEIS DE CARATINGA E UBAPORANGA/MG.**

CARATINGA/MG

2012

FABIANO MORAES VIANA

**OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED), NAS EMPRESAS DE SERVIÇOS
CONTÁBEIS DE CARATINGA E UBAPORANGA/MG.**

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências contábeis (FACICON), da Faculdade Integradas de Caratinga (FIC), como um dos requisitos parcial, para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, Orientador Prof. Lindomar Batista.

CARATINGA/MG

2012

FACULDADES INTEGRADAS DE CARATINGA- FIC

FOLHA DE APROVAÇÃO

A monografia intitulada **OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED), NAS EMPRESAS DE SERVIÇOS CONTÁBEIS DE CARATINGA E UBAPORANGA/MG**, pelo aluno **FABIANO MORAES VIANA**, a banca foi aprovada por todos os membros da banca examinadora e aceita pelo curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Caratinga- FIC, como requisito parcial à obtenção do título de **BACHAREL DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**.

Caratinga, 06 de dezembro de 2012. .

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela sabedoria e saúde, aos professores Edna Hespanhol e Lindomar Batista, pela colaboração e disposição para a realização deste trabalho, aos mestres, pelos ensinamentos durante estes quatro anos de faculdade, aos meus pais e familiares, pela a dedicação incansável e meus amigos de faculdade.

“Tudo posso naquele que me fortalece.” Filipenses 4.13

LISTAS DE SIGLAS

COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social

CRC - Conselho Regional de Contabilidade

CFC - Conselho Federal de Contabilidade

CT-E – Conhecimento De Transporte Eletrônico

DACTE - Documento Auxiliar de Conhecimento de Transporte Eletrônico

DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

DIPJ - Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica

ECD – Escrituração Contábil Digital

EFD – Escrituração Fiscal Digital

ICMS - Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação.

IPI – Imposto sobre Produto Industrializado

NF-E – Nota Fiscal Eletrônica

PIS – Programa de Interação Social

RFB – Receita Federal do Brasil

SEFAZ – Secretaria do Estado Da Fazenda

SINIEF - Sistema Nacional de Informações Econômicas e Fiscais

SPED – Sistema Público de Escrituração Digital

TI – Tecnologia da Informação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- PROJETO SPED.....	8
1.2 INSTITUIÇÃO.....	9
1.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA- NF-E.....	10
1.4 CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO - CT-E.....	12
1.6 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD.....	15
2. EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS.....	20
3. O PROFISSIONAL CONTADOR.....	22
4. METODOLOGIA.....	23
5. RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS	25
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	37

INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo extremamente informatizado, quase tudo em nossas vidas utiliza a informática, hoje em dia, os computadores estão trabalhando cada vez mais rápido e melhor, maximizando o tempo e a eficiência dos usuários, seguindo assim, o processo da evolução da Tecnologia da Informação. Devido a esse fato, as empresas estão buscando na tecnologia, soluções praticas para uma melhora das operações, e no seu ambiente de negocio, gerando informações mais rápidas e precisas. Os escritórios de contabilidade estão acompanhando esse processo evolutivo da TI, onde esta buscando na informatização, meios para melhorar os processos de operação dos escritórios contábeis. Deste modo, estão se equipando com softwares e computadores cada vez mais poderosos, para então, potencializar as tarefas e intensificar os processamentos de dados, e assim, oferecer aos seus clientes os melhores serviços.

Neste momento de transação, o papel do contador, segundo Fari e Nogueira(2007 apud Perez, 1997), vai mais alem de acumular cifras para preparar um balanço para efeitos impositivos. Vai mais alem de registrar automaticamente uma ou varias operações: um software adequado pode produzir melhor as rotinas.

A presença da figura do contador nas empresas é imprescindível, pois, ele possui todas as informações importantes dos empreendimentos, mas não só de informação dos fatos do patrimônio, da riqueza, do capital, que correr dos séculos, passara a ser o objetivo do contador, mas especialmente a evolução e o progresso racional. (Sá, 1998).

Aproveitando destes fatos, as esferas governamentais implantaram um projeto que de entrega de documentos eletrônicos a Receita Federal que se denomina como Sistema Publico de Escrituração Digital (SPED). Este projeto altera a forma de apresentação das praticas contábeis, que realizada com impressão dos livros contábeis em papel, para documentos em forma digital. Assim, a contabilidade, as empresas e os órgão fiscalizadores estão passando por um momento de convergência e adaptação.

Com o surgimento desse projeto, houve uma modernização sistêmica proposto pelo Ministério da Fazenda, que abrange todas as empresas e muda os parâmetros das obrigações. (AZEVEDO E MARIANO, 2009).

Assim, esta pesquisa busca responder à seguinte indagação: *Quais são os impactos, da implantação do SPED sobre as empresas de serviços contábeis da cidade de Caratinga e Ubaporanga?*

O presente trabalho teve como objetivo geral, identificar quais os impactos, da implantação do SPED, nas empresas de serviços contábeis nas cidades de Caratinga e Ubaporanga.

O presente estudo justificou-se, pela necessidade de demonstrar aos empresários contábeis o impacto da implantação do SPED, visando conscientizar os mesmos sobre a importância de buscar o conhecimento, para atender as exigências, legais e atender com maior eficiência os seus clientes, bem com a necessidade de inovação tecnológica e de capital humano, para acompanhar as mudanças no cenário empresarial, fatos estes que agregam valor ao processo de prestação de serviços

Os procedimentos metodológicos, utilizados no presente estudo, caracteriza-se como uma abordagem quantitativa e de campo, sendo utilizado levantamento de dados por meio de entrevista estrutura, aplicada aos proprietários de empresas de serviços contábeis da cidade de Caratinga e Ubaporanga, onde segundo as informações do CRC/MG existem 43 estabelecimentos contábeis em Caratinga e 2 em Ubaporanga com situação regular, para a aplicação do questionário, foram utilizados o método estatístico de amostragem, obtendo um de resultado de 53% de entrevistados.

1. SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL- PROJETO SPED

1.1 HISTÓRICO

O projeto SPED teve início, com a aprovação da Emenda Constitucional 42/2003, que trata da forma que as esferas governamentais Federal, Estadual, Distrito Federal e Municipal, irão trabalhar a partir da implantação do SPED, que será de maneira integrada, sendo que suas informações serão compartilhadas entre os órgãos. (Azevedo e Mariano, 2010).

No mês de julho de 2004, aconteceu o 1º Encontro Nacional de Administradores Tributários o ENAT, onde foram aprovados os protocolos da criação da Nota Fiscal Eletrônica e o Projeto do Cadastro Sincronizado.

Esse encontro teve como objetivo segundo a RFB (2012, p. 1).

Buscar soluções conjuntas nas três esferas de Governo que promovessem maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações; racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento; maior eficácia da fiscalização; maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas; maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais; cruzamento de informações em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos.

O segundo encontro aconteceu em agosto de 2005, onde assinaram o protocolo de Cooperação nº2 e nº3, com o objetivo de desenvolvimento e implantação do SPED e NF-E, este projeto faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária e Aduaneira (PMATA), que consiste na implantação de novos processos de integração tecnologia da informação e infra-estrutura da Receita federal do Brasil. (Cleto e Oliveira, 2010).

1.2 INSTITUIÇÃO

O Governo Federal instituiu pelo decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007 o Sistema Público de Escrituração Digital. Que é definido pela Receita Federal do Brasil (2012, p.1).

Instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

De acordo com Azevedo e Osmar Reis (2010), o SPED pretende mudar a forma de entrega das obrigações acessórias, que é realizada com a emissão de livros e documentos portáteis fiscais em papel, para documentos com existência eletrônica.

Frente esse cenário, o grande desafio da fiscalização é cobrir um país com extensão continental, onde contem 5 milhões de empresas legalizadas e 10 milhões de empresas informais, a solução encontrada foi a utilização da tecnologia da informação, e o Brasil possuem excelente sistemas bancário, eleitoral e o sistema de entrega de imposto de renda da Receita Federal via internet, que abrangem quase 100% dos contribuintes. (Duarte, 2011).

As obrigações acessórias, estão prevista no art. 213 no RIMCS/2000 e 369 do RIPI/2002, que obriga os contribuintes manter em cada estabelecimento os livros de operações ou prestações de serviços que foram realizados, e lista quais os tipos de registros que deve ser mantido impresso o cada setor, seja, industrial, comercial e serviços. (Peres e Mariano, 2009).

A estrutura do SPED se apresenta desta forma: o projeto é de responsabilidade da RFB com a colaboração dos governos Federal, Estadual, Distrito Federal, Municipal e Empresas; se divide em três módulos ou sub-projetos principais, a Nota Fiscal Eletrônica (NF-E), Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD), que trabalham separadamente, e que utilizara o processo de cruzamento de dados, para a localização de possíveis inconsistências fiscais. (Azevedo e Mariano, 2010).

1.3 NOTA FISCAL ELETRÔNICA- NF-E

Deu-se, início ao projeto da NF-E, com a assinatura do protocolo ENAT/2005, que foi desenvolvida de forma integrada entre a RFB e Secretaria de Fazenda dos Estados, no estado de Rio Grande do Sul aconteceu em 14 de setembro 2006 a emissão da primeira NF-E, autorizada pela SEFAZ, da empresa DIMED, desde ponto em diante, as empresas participantes do projeto piloto começaram a emitir as NF-E, em abril 2008 iniciou a obrigatoriedade de emissão para cinco setores da economia, e no final do mesmo ano mais nove setores, em 2009 já eram meio milhão de NFE emitidas. (Duarte, 2011)

A segunda geração da NF-E, começou em abril de 2011 que permitiu o registro de operações de empresas optantes pelo Simples Nacional , e também passou a ser detectada em postos de fiscalização e rastreamento total da mercadoria. (Duarte, 2011).

O Manual de Orientação do Contribuinte NF-E ENCAT (2012), conceitua a Nota Fiscal Eletrônica (NF-E), como “um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida por duas condições necessárias: a assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte”

O objetivo do projeto é implementar um modelo nacional de documento fiscal eletrônico. De acordo com o Manual do Contribuinte NF-E ENCAT (2012, p.10) esta visando,

Substituir a sistemática de emissão do documento fiscal em papel, modelos 1 e 1A, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do emitente, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes e permitindo, ao mesmo tempo, o acompanhamento em tempo real das operações comerciais pelo Fisco. O final do processo de implantação das diversas obrigatoriedades de uso da NF-E com alcance nacional, em dezembro de 2010, marcou o fim do Projeto, e a NF-E assumiu o status de um sistema nacional de documento fiscal eletrônico, compartilhado entre as unidades da Federação e a Receita Federal do Brasil.

E se tratando, de um documento eletrônico, as características mudaram, como o formato padrão, que foi definido pela MP 2200/01, o formato utilizado é o XML (Extended Markup Language), Yong (2009); A DANFE (documento auxiliar da nota fiscal eletrônica) para acompanhamento da mercadoria, possui um código de acesso de 44 dígitos para auxiliar a consulta no portal para a confirmação da sua existência, a mesma não é documento fiscal o arquivo a ser guardado pelo contribuinte e o XML, que é gerado quando a nota é emitida. (Perez e Mariano, 2009)

Segundo o site da RFB(2012, p.1), trata a partir de quando as empresas serão obrigadas a emitir a NF-E.

A obrigatoriedade de emissão de NF-E, em âmbito Nacional, está prevista para os contribuintes elencados nos seguintes dispositivos legais:

Protocolo_ICMS 10/07 e suas alterações, para os anos de 2008 e 2009; Protocolo ICMS_42/09 e suas alterações, para o ano de 2010 em diante. Para os demais contribuintes, a estratégia de implantação nacional é que estes, voluntariamente e gradualmente, independente do porte, se interessem por ser emissores da Nota Fiscal Eletrônica. A obrigatoriedade por atividade econômica (CNAE) se aplica a todas as operações efetuadas em todos os estabelecimentos dos contribuintes referidos nos Protocolos de ICMS citados acima, ficando vedada a emissão de nota fiscal, modelo 1 ou 1-A.

No Protocolo ICMS 42/09 está prevista a obrigatoriedade para emissão de NF-E, aos contribuintes que, independente da atividade econômica exercida, realizem as seguintes operações:

- 1) destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- 2) com destinatário localizado em unidade da Federação diferente daquela do emitente;
- 3) de comércio exterior.

1.4 CONHECIMENTO DE TRANSPORTE ELETRÔNICO - CT-E

A CT-E, é um documento fiscal eletrônico no transporte dutoviário, foi desenvolvido de forma integrada pelas Secretarias da Fazenda dos Estados e a RFB, após a assinatura do protocolo. (Yong, 2009)

O projeto surgiu junto com o Projeto da NF-E., como objetivo é a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico para substituir a sistemática atual de emissão do documento fiscal em papel, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do emissor. (Manual de orientação de DACTE, 2012)

Segundo o Manual de orientação de DACTE (2012, p.8), o conceito é:

“um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente com o intuito de documentar prestações de serviço de transporte, com validade jurídica garantida pela assinatura digital do emitente e pela Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte.”

De acordo com Azevedo e Mariano (2009, p.50), é um documento fiscal eletrônico, instituído pelo AJUSTE SINIEF 09/07 (25/10/2007), que poderá ser utilizado para substituir um dos seguintes documentos fiscais:

Conhecimento de transporte rodoviário de cargas, modelo 8;
Conhecimento de transporte aquaviário de cargas, modelo 9;
Conhecimento aéreo, modelo 10;
Conhecimento de transporte ferroviário de cargas, modelo 11;
Nota fiscal de serviços de transporte ferroviário de cargas, modelo 27;
Nota fiscal de serviço de transporte, modelo 7, quando utilizada em transporte de cargas.

A CT-E segue os mesmos parâmetros da NF-E, pois os dois projetos ficaram sob responsabilidade da SEFAZ do Rio Grande do Sul.

O site da RFB (2012, p.1), trata quais empresas estão obrigadas a emitir a CT-E.

A estratégia de implantação nacional é que as empresas que atuem no transporte de cargas em geral, voluntariamente e gradualmente,

independente do porte, se interessem em aderir ao projeto de conhecimento de transporte eletrônico. Para a fase piloto, o projeto conta com a adesão de contribuintes que atuam nos vários modais de transporte de cargas contando com empresas de todos os portes. Nesta fase as empresas juntamente com o fisco, visam aperfeiçoar o modelo de projeto. Ainda não há previsão de obrigatoriedade de emissão de CT-E pelas empresas transportadoras.

1.5 ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL - ECD

A escrituração é um dos pilares da contabilidade, que contem a sua essência e contribui como uma ferramenta e instrumento de gestão empresarial. Com a escrituração dos fatos, os contabilistas e empresários podem se posicionar a um conjunto de equações, e dar um diagnóstico mais eficiente e veloz as situações em que uma empresa se encontra. (Conselho Federal de Contabilidade, 2007)

A ECD, é parte integrante do projeto SPED, segundo Duarte (2009, p.119) foi instituída:

[...] pela Instrução Normativa RFB 777 de 19/11/2007, que foi retificada pela IN787, em 22/11/2007, a ECD abrange os seguintes livros:

- Diário Geral;
- Diário com Escrituração Resumida (vinculado a livro auxiliar);
- Diário Auxiliar;
- Razão Auxiliar;
- Livro de Balancetes Diários e Balanços.

A Escrituração Contábil Digital (ECD) tem por objetivo, segundo Cleto e Nivaldo (2010, p.12).

Promover à integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais; racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores; tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica;

Segundo a publicação da Instrução Normativa DNRC nº 107(2009, p.1), no art. 2, que trata dos instrumentos de escrituração dos empresários e das sociedades empresariais:

- I - livros, em papel;
- II - conjunto de fichas avulsas (art 1180 – CC/2002);
- III - conjuntos de fichas contínuas (art. 1180 – CC/2002);
- IV - livros em microfichas geradas através de microfilmagem de saída direta do computador (COM);
- V - livros digitais.

Neste contexto a ECD, ou livro digital possui a mesma validade jurídica dentre os demais livros, e se configura como uma forma alternativa de escrituração, mas a RFB obriga a determinados contribuintes a escrituração digital. (Cleto e Oliveira, 2009)

A RFB(2012, p.1), vem através da Instrução Normativa RFB nº 787/07, as empresas que estão obrigadas a adotar a ECD:

I - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007, e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

II - em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real.

Portanto, a partir do ano-calendário 2009, estão obrigadas ao Sped Contábil todas as sociedades empresárias tributadas pelo lucro real.

Para as outras sociedades empresárias a ECD é facultativa.

As sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação.

As regras de obrigatoriedade não levam em consideração se a sociedade empresária teve ou não movimento no período. Sem movimento não quer dizer sem fato contábil. Normalmente ocorrem eventos como depreciação, incidência de tributos, pagamento de aluguel, pagamento do contador, pagamento de luz, custo com o cumprimento de obrigações acessórias (como apresentação de DCTF e DIPJ), entre outras.

1.6 ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – EFD

Segundo Duarte (2011), a EFD é “um arquivo digital, com validade jurídica, formando um conjunto de escriturações de documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da RFB, bem como registros de apuração de impostos referentes as operações e prestações praticadas pelo contribuinte.

Já Yong(2009, p.148) conceitua a EFD como:

“um conjunto de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas de apuração e da Secretaria da RFB bem como no registro de apuração de impostos referentes as operações e prestações praticadas pelo contribuinte”.

A EFD visa simplificar os processos e reduzir as obrigações acessórias para os contribuintes que apuram impostos como IPI e ICMS, transformando esses dados em papel na forma digital, para fisco facilitar a identificação de ilícitos tributários, pois, os cruzamentos de dados tornarão as operações mais transparentes, e os custos de impressão e armamento reduzira para os contribuintes. (Guia Pratico da Escrituração Fiscal Digital, 2008).

A EFD substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros, segundo Yong(2009, p.152).

- I – Livro Registro de Entradas
- II – Livro Registro de Saídas
- III – Livro Registro de Inventario
- IV – Livro Registro de Apuração do IPI
- V – Livro Registro de Apuração do ICMS
- VI – Documento Controle de Credito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP)”

A ECD possui validade jurídica, pois é assinada com certificado digital, esta substituindo gradativamente as obrigações acessórias. (Duarte, 2011).

Esta previsto no Ajuste SINIEF 2 (2009, p.2), quais são as empresas que estão dispensas e quais estão obrigadas:

Cláusula terceira A EFD será obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2009, para todos os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.

§ 1º Mediante celebração de Protocolo ICMS, as administrações tributárias das unidades federadas e da RFB poderão: I - dispensar a obrigatoriedade de que trata o caput para alguns contribuintes, conjunto de contribuintes ou setores econômicos; ou II - indicar os contribuintes obrigados à EFD, tornando a utilização facultativa aos demais. § 2º O contribuinte que não esteja obrigado à EFD poderá optar por utilizá-la, de forma irrevogável, mediante requerimento dirigido às administrações tributárias das unidades federadas. § 3º A dispensa concedida nos termos do § 1º poderá ser revogada a qualquer tempo por ato administrativo da unidade federada em que o estabelecimento estiver inscrito. § 4º No caso de fusão, incorporação ou cisão, a obrigatoriedade de que trata o caput se estende à empresa incorporadora, cindida ou resultante da cisão ou fusão. Nova redação dada ao § 5º da cláusula terceira pelo Ajuste SINIEF 05/10, efeitos a partir de 13.07.10. § 5º A escrituração do documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP, será obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2011.

Acrescido o § 5º à cláusula terceira pelo Ajuste SINIEF 02/10, efeitos de 01.04.10 a 12.07.10. § 5º A escrituração do documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente - CIAP -, modelos "C" ou "D", será obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2011. Acrescido o § 6º da cláusula terceira pelo Ajuste SINIEF 11/12, efeitos a partir de 04.10.12. § 6º A obrigatoriedade estabelecida no caput desta cláusula aplica-se a todos os estabelecimentos do contribuinte situados no âmbito da unidade federada.

A RFB incorporou ao subprojeto, à EFD – Contribuições, que é a apuração das contribuições PIS e COFINS. E Conforme o Guia Prático da EFD-CONTRIBUIÇÕES (2011, p.5), foi instituído:

Pela Instrução Normativa RFB nº. 1.052, de 5 de julho de 2010, sujeitam à obrigatoriedade de geração de arquivo da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS – EFD PIS/COFINS, as pessoas jurídicas de direito privado em geral e as que lhes são equiparadas pela legislação do Imposto de Renda, que apuram a Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS com base no faturamento mensal.

1.7 LIVRO DE APURAÇÃO DO LUCRO REAL ELETRÔNICO - E-LALUR

O LALUR, é um livro de escrituração de natureza fiscal, sua criação segundo a RFB(2008, p.1):

Pelo Decreto Lei nº. 1.598, de 1977, conforme previsão do § 2º do art. 177 da Lei nº. 6.404, de 1976, é destinado à apuração extra contábil do lucro real sujeito à tributação pelo imposto de renda em cada período de apuração, contendo, ainda, elementos que poderão afetar o resultado de períodos de apuração futuros.

Atualmente, as leis de contabilidade do Brasil estão mudando para se adequar aos novos padrões internacionais de contabilidade, então o LALUR também ganhou sua forma digital, então foi incluído ao SPED o E-LALUR, que segundo Azevedo e Mariano (2010, p, 10):

O E-LALUR é o Livro eletrônico a ser utilizado para escriturar e apurar o valor devido a título de Imposto de Renda das Pessoas Jurídica tributada pelo Lucro Real, bem como a Contribuição social sobre o Lucro Líquido. Doravante esse livro passara a ser enviado anualmente para RFB, para que este proceda as averiguações e cruzamento de informações com outros arquivos eletrônicos existentes no seu banco de dados, tais como ECD/EFD/NF-E.

O objetivo do sistema é eliminar a redundância de informações existentes na escrituração contábil, no LALUR e na DIPJ, facilitando o cumprimento das obrigações acessórias. (Yong, 2009).

Foi instituído o Livro Eletrônico de Escrituração e Apuração do Imposto sobre a Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido da Pessoa Jurídica Tributada pelo Lucro Real pela instrução Normativa RFB nº. 989, no artigo 2º, trata que a escrituração e entrega do E-LALUR, referente à apuração do Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), será obrigatória para as pessoas jurídicas sujeitas à apuração do Imposto sobre a Renda pelo Regime do Lucro Real. (Site da Receita Federal do Brasil, 2012).

1.8 CONTROLE FISCAL CONTROLE DE TRANSAÇÃO - F-CONT

Com as mudanças ocorridas, com as leis 11638/2007 e 11941/2009, a RFB introduz mais uma obrigação acessória o F-CONT, que segundo Azevedo e Mariano (2010, p.9)

O FCONT é uma escrituração, das contas patrimoniais e de resultado, em partidas dobradas, que considera os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007. Objetiva eliminar os efeitos contábeis n°11.638/2007 e 11.941/2009 para a pessoa jurídica optante pelo RTT- Regime Tributário de Transição (IN RFB n° 949/2009).

Já Duarte(2009, p.1), conceitua o FCONT como:

“é um sistema desenvolvido pela Receita Federal do Brasil onde são evidenciadas as diferenças entre as duas escriturações (a societária e a fiscal). Basicamente, são informados os registros da escrituração societária que não devem constar da escrituração fiscal e os da escrituração fiscal que não constaram da escrituração societária.

Na escrituração contábil o FCONT visa, evidenciar as diferenças entre a escrituração apurada, de acordo com as novas regras contábeis (a partir de 1 de janeiro de 2008) e a regras para fins fiscais, que consideram a legislação até 31 de dezembro de 2007. E a RFB (2012, p. 2) trata também em seu site, as pessoas jurídicas que estão sujeitas a apresentar o FCONT:

Conforme o artigo 5º, 7º, 8º § 4 a Instrução Normativa RFB nº 967/09, com redação dada pela Instrução Normativa nº 1.139/11:

Art. 5º A apresentação dos dados a que se refere o art. 1º também será exigida da Pessoa Jurídica que se encontre na situação prevista no § 4º do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 949, de 16 de junho de 2009.

De acordo com o art. 7º da Instrução Normativa RFB nº 949/09:

Art. 7º Fica instituído o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) para fins de registros auxiliares previstos no inciso II do § 2º do art. 8º do Decreto-

Lei nº 1.598, de 1977, destinado obrigatória e exclusivamente às pessoas jurídicas sujeitas cumulativamente ao lucro real e ao RTT.

Além disso, de acordo com o § 4º do art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 949/09, com redação dada pela Instrução Normativa nº1.139/11:

Art. 8º, § 4º A elaboração do FCONT é obrigatória, mesmo no caso de não existir lançamento com base em métodos e critérios diferentes daqueles prescritos pela legislação tributária, baseada nos critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007, nos termos do art. 2º.

2. EMPRESA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÁBEIS

Foi-se a época em que as empresas de serviços contábeis eram consideradas como lugares onde se guardavam documentos em papel, notas fiscais e emitiam guias. Nos dias atuais, as empresas que prestam serviços de contabilidade, estão ganhando maior importância, nas áreas de decisões, de planejamento, elaboração, execução e operação das empresas, devido a+

o fato, de já possuir todas as informações relevantes das empresas que presta serviços. Ninguém está mais qualificado, do que os escritórios de contabilidade em prestar serviços de gerenciamento de negócios. (EQUIPE DO PORTAL DE CONTABILIDADE, 2012).

Segundo Souza (2003 apud Sá e Sá, 1995, p.182), defini como empresa de serviço contábil :

Empresa que explora a prestação dos serviços profissionais de contador, quais sejam: escrituração contábil, planejamento de contas, organização dos serviços contábeis, auditoria, orientações sobre balanços, análises das situações da empresa através de seu balanço, organização das escritas de custos de produção, etc.

No Brasil, o formato mais predominante segundo Duarte(2009) em se tratando de pequenas e médias empresas, é o de serviços contábeis terceirizados.

Essas empresas tem como missão segundo Souza(2003 apud Figueiredo e Fabri (2000) é atender a sociedade, suprindo as necessidades das empresas com informações econômicas -financeiras que otimizem os controles contábeis de seus patrimônios.

Nos tempos atuais, a empresa contábil tem um papel fundamental na gestão dos empreendimentos de seus clientes, mas segundo Souza(2003 apud Faria, 2001, p.10)

a estrutura das empresas contábeis vem se mantendo a mesma durante décadas, herança do comportamento empresarial que nunca valorizou a contabilidade como instrumento de gestão. Assenta-se sobre vários pressupostos que estão superados e que vieram com base em empresas voltadas para dentro, para suas próprias atividades, com estruturas pesadas e rígidas.

Para atender melhor seus clientes, os escritórios estão se especializando e profissionalizado cada vez mais, para proporcionar um serviço de qualidade. SEBRAE(2012)

Segundo o Sebrae(2012, p.3), alguns serviços prestados pelos escritórios de contabilidade:

- CONTÁBIL - Lucro Real, Lucro Presumido, Simples, ME, Balancetes, Razão Analítico, Diário, Livro-caixa, LALUR, etc.;
- FISCAL - Livros de Entrada, Livros de Saída, Livros de Apuração do IPI, Livros de Apuração do ICMS, entre outros;
- TRABALHISTA - Apontamento, Folha de Pagamento, GPS, SEFIP, DARFS, FGTS, Folhas de Pagamento, Concessão de Férias, etc.;
- OUTROS - Abertura, Transferência e Baixa de Empresas, DIRPF, Consultoria, Assessoria, Certidões Negativas, etc. Pode-se, ainda, exercer atividade de assessoria e auditoria específica em determinadas áreas de médias e grandes empresas.

3. O PROFISSIONAL CONTADOR

A profissão de contador é definida atualmente pela Equipe do portal de contabilidade no site Portal de Contabilidade, como o profissional (2012, p.1) que:

Identifica, mede, acumula, analisa, prepara, interpreta e relata informações (tanto financeiras quanto operacionais) para uso da administração de uma empresa, nas funções de planejamento, avaliação e controle de suas atividades e para assegurar o uso apropriado e a responsabilidade abrangente de seus recursos.

As informações estão sendo geradas e processadas com mais rapidez, com a utilização de software poderosos, o contabilista também precisa acompanhar as mudanças, pois, o mercado estão sempre exigindo um profissional com mais arrojo, dinamismo, inteligência e criatividade, o profissional necessita de se manter atualizado, buscar sempre o conhecimento. (Equipe do portal de contabilidade no site Portal de Contabilidade como o profissional, 2012).

Neste contexto, de acordo com André(2006, p.1), o contabilista precisa:

Conhecer profundamente os Princípios Fundamentais de Contabilidade, pois é com base nesses princípios que deverá executar seu trabalho. As Normas Brasileiras de Contabilidade, tanto as Técnicas quanto as Profissionais (NBC-T e NBC-P) servem para esclarecer e detalhar ainda mais os procedimentos para execução de seu trabalho. Deve acompanhar também a Legislação Brasileira, notadamente os aspectos que envolvem sua atividade. Se trabalhar para empresas multinacionais, deverá conhecer ainda as normas técnicas e leis do país de origem.

O código de ética do Contabilista condiz como o profissional deve conduzir sua carreira diante dos deveres e proibições, dos valores dos serviços profissionais, dos deveres em relação aos colegas de classe, e as penalidades. A Resolução CFC Nº 560/83 dispõe sobre as atribuições privativas dos contabilistas, quais as atividades que podem exercer, as funções e atividades compartilhadas.

4. METODOLOGIA

A pesquisa tem como característica descritiva. Segundo Beruen (2012), a pesquisa descritiva, tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.

Quanto aos procedimentos, é do tipo levantamento dados, realizando-se um estudo de campo. De acordo com Gil (2012, p.50):

As pesquisas deste tipo caracterizam-se pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para, em seguida, mediante análise quantitativa, obterem-se as conclusões correspondentes aos dados coletados.

Para a condução da entrevista foi utilizada um questionário, que possui seis perguntas principais, e em cada pergunta foi utilizada a uma tabela, para auxiliar a resposta do entrevistado, pergunta nº. 1- Perfil do proprietário? ; 2- Quais dos subprojetos do SPED a sua carteira de clientes estão obrigados? ; 3- As principais dificuldades encontradas com o Projeto SPED? ; 4- As principais fontes de informações sobre o SPED?; 5- Os objetivos do contador em relação ao SPED? ; 6- O impacto causado com SPED, nas empresas de serviços contábeis? A mensuração será feita em graus, sendo de 1 a 5.

A entrevista foi realizada nos dias 16, 19,20 e 21 de novembro de 2012, indo até o estabelecimento ou por telefone, e teve casos em que houve a colaboração dos funcionários responsáveis direto pelo o SPED.

Segundo Marconi e Lakatos(2011, p.82) a entrevista estruturada “é aquela em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido; perguntas feitas ao indivíduo as predeterminadas”. A entrevista seguiu um roteiro fixo e com questões elaboradas para atingir o objetivo do estudo.

A população da pesquisa abrange 45 empreendimentos contábeis, divididos entre sociedades e escritórios individuais nas cidades de Caratinga e Ubaporanga, e a amostra da pesquisa foi composta por 24 proprietários dos escritórios responderam a pesquisa, selecionadas de maneira probabilista em virtude da

acessibilidade dos respondentes. Segundo Marconi e Lakatos (2005, p. 226) a amostragem probabilista, “baseia-se na escolha aleatória dos pesquisados”.

O conceito de amostra é ser uma porção ou parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. Marconi e Lakatos (2005 p. 225). A formula utilizada foi da amostragem aleatória simples $P = n$ (tamanho da amostra)/ N (tamanho da população), sendo $P = 24/45$, $P = 0,53$, a amostra atende ao objetivo proposto, com percentual de 53%.

As informações e dados colhidos foram analisados quantitativamente, utilizando métodos estatísticos como: media, mediana e desvio padrão em planilhas eletrônicas.

5. RESULTADO E ANÁLISE DOS DADOS

Questionário 1 . O perfil dos proprietários de empresas de serviços contábeis.

O questionário 1 apresenta-se o perfil dos proprietários dos empreendimentos contábeis. As perguntas abordaram o nome, a formação e tempo de como proprietário e demais particularidades.

Com as recentes mudanças impostas pelo Governo para as empresas, a profissão contabilista vem se destacando no mercado de trabalho, havendo uma grande procura e profissionais especializados. Na pesquisa de campo verificou-se que 87,50% dos entrevistados possuem formação em Bacharel em Ciências contábeis e registrados no CRC, e 12,50% formados em técnico em contabilidade registrado pelo CRC.

Assim, segundo Duarte(2009) Surge, assim, um novo perfil de profissional de contabilidade onde as habilidades de análise, síntese, comunicação inter pessoal e habilidades relacionadas com a tecnologia da informação, são imprescindíveis para o seu sucesso.

Averiguou-se que os proprietários entrevistados são predominantemente do sexo masculino, sendo que 1 dos entrevistado era do sexo feminino.

Um fato relevante, é em questão a experiência do contabilista com relação a confiabilidade dos serviços prestados. Mas, com o uso da tecnologia da informação mais presente, os entrevistados com entre 30 e 50 anos de carreira sendo um percentual de 25 %, estão deixando estes tipos de serviços nas mãos de pessoas mais jovens que tenham conhecimento em informática.

Questionário 2. O perfil da carteira de clientes obrigados ao SPED.

Com a modernização do sistema atual, de cumprimento das obrigações acessórias, os controles de um empreendimento se tornaram indispensáveis para seu desenvolvimento. Partindo dessa diretriz, o questionário 2 apresenta o perfil de carteira de clientes estão obrigados ao SPED. No questionário 2 tabela 1, demonstra-se o quanto os empreendimentos contábeis e clientes estão envolvidos com as novas regras das obrigações acessórias.

Tabela 1-Perfil da carteira de clientes obrigados ao SPED

Programas utilizados pelos clientes	QUANTIDADE
NF-E, CT-E, NFS-E.	23
Escrituração Contábil Digital, F-CONT e E-LALUR.	13
Escrituração Fiscal Digital.	9
EFD-CONTRIBUIÇÕES	13
Não possui.	1

FONTE: Dados da pesquisa

Apresenta-se na tabela 1, quantidade de clientes que está obrigada a emissão e entrega dos documentos em forma digital. Verificou-se que, 95,83% dos empreendimentos contábeis possuem cliente que emitem NF-E, cerca de 43,47% relataram em entrevista que possuem pouco conhecimento em relação ao SPED, devido ao fato, de seus clientes emitirem somente a NF-E, e não serem obrigados a outros tipos de escrituração digital, e começam a se preocupar com há obrigatoriedade. A dispensa de emissão de NF-E ira de acordo com o setor da atividade da empresa.

Já os 54,16%, possuem uma experiência mais avançada com os subprojetos do SPED, pois, além da emissão NF-E já estão obrigados pela legislação a apresentação das escriturações contábeis de forma digital sendo a ECD, F-CONT, E-LALUR e EFD-CONTRIBUIÇÕES, e cerca de 37,16% já realizam de forma completa a entrega das escriturações. De acordo com Duarte (2011) a NF-E é democrática. Independentemente do seu porte ou se é industrial ou atacadista, praticamente todos já as obrigados a substituir a notas em papel a pela eletrônica, e o SPED fiscal esta sendo massificado, em algumas estado todas as empresas são obrigadas a apresentação e mais 870 mil empresas deverão apresentar a EFD-CONTRIBUIÇÕES baseada no Lucro Presumido.

Questionário 3. As principais dificuldades encontradas com Projeto SPED.

A informatização dos processos de contabilidade torna mais ágil os procedimentos no ambiente dos escritórios, mas possuir um bom software e

configurá-lo e uma pequena parte do sucesso; para ter o controle e organização da empresa, são necessários conhecimentos da organização da empresa, preparação das pessoas, dos processos, dos sistemas e trabalho de equipe.

A partir desse propósito, demonstro-lhes no questionário 3 tabela 2, a mensuração das principais dificuldades encontradas no processo de implantação do projeto SPED, foi solicitado aos contabilistas que indicasse por grau de dificuldade, sendo de 1 para menor, 2 para razoável, 3 para médio, 4 alto e 5 muito alto.

Tabela 2-Quais foram as principais dificuldades encontradas com o Projeto SPED?

Dificuldades	Grau de dificuldade					Media	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Fazer cursos e treinamentos	1	2	6	9	6	3,71	4	1,08
Clareza e compreensão da legislação	1	5	11	4	3	3,17	3	1,09
Tempo de adaptação	2	3	4	8	7	3,63	4	1,28
Softwares adequados com as mudanças	3	2	9	6	4	3,25	3	1,22
Tempo de adaptação dos clientes	1	1	4	12	6	3,88	4	0,99

FONTE: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 2, o tempo de adaptação dos clientes, atingiu uma media de 3,88, é uma das dificuldades mais relevantes, devido as mudanças da legislação, os clientes não tem conhecimento e estrutura suficiente para se adequar em tempo abiu , a falta de capacitação dos empresários e colaboradores na empresas e a questão financeiras de pequenos empresários. A atualização do saber tem quê ser diária; segundo Duarte (2009 apud Drucker, 2001, p.187).

O conhecimento é diferente de todos os outros recursos. ele torna-se constantemente obsoleto; assim,o conhecimento avançado de hoje é a ignorância de amanhã. e o conhecimento que importa está sujeito a mudanças rápidas e abruptas, como, por exemplo, na indústria de cuidados com saúde e na indústria de computadores. A produtividade do conhecimento e dos trabalhadores do conhecimento não será o único fator competitivo na economia mundial.

Para buscar capacitação e conhecimento sobre o SPED, é sugerido fazer cursos e treinamentos, na entrevista essa dificuldade apresentou uma media de 3,71, pois na região de Caratinga e Ubaporanga não possui cursos e treinamentos deste porte, então, os custos e despesas de deslocamento, hospedagem, alimentação, dificulta a fazer estes treinamentos em outras cidades, os custos podem ficar elevados e inviáveis.

Apresenta-se na tabela, o tempo de adaptação que obteve uma media de 3,63, as adequações e ajustes realizados nos escritórios são difíceis,pois os mesmos já seguem ma rotina de trabalho, muitos contadores deixam para o ultimo minuto para se adequar, só quando ocorre pela legislação a obrigatoriedade da mudança. Segundo Duarte (2009, p.205) em pergunta ao portal da NF-E sobre a escrituração da mesma, obteve a seguinte resposta.

A NF-E permite, no entanto, um potencial simplificação do procedimento, ou seja, dependendo do nível de adaptação que seja feita nos sistemas internos de escrituração, esta poderá ser automatizada em maior ou menor escala por meio, por exemplo, de recuperação automática de informações do arquivo de uma NF-E.

Questionário 4. As fontes de informações mais utilizadas sobre o SPED.

A informação é a chave de dos negócios, para obter sucesso e preciso fornecer dados com velocidade e precisão, são condições mínimas nas organizações ter um sistema que lhe forneça relatórios, planilhas e gráficos quando for necessário. (Duarte, 2011)

No questionário 4 tabela 3 apresenta-se, as principais fontes de informações utilizadas pelos contabilistas para a pesquisa sobre o SPED no contexto geral, sendo utilizado o grau de utilização, sendo de 1 para menor, 2 para razoável, 3 para médio, 4 alto e 5 muito alto.

Tabela 3-Quais são as fontes de informações mais utilizadas sobre o Sped?

Fontes mais utilizadas	Grau de utilização					Media	Mediana	Desvio padrão
	1	2	3	4	5			
Site da Receita Federal	3	5	7	5	4	3,08	3	1,28
Cursos	2	1	6	8	7	3,71	4	1,19
Fóruns contábeis	17	2	3	2		1,42	1	0,717
Consultoria técnica terceirizada	2	1	5	10	6	3,71	4	1,16
Livros e enciclopédia	4	2	5	7	6	3,38	4	1,4
CFC, CRC, Sinescontabil,	6	5	10	2	1	2,46	3	1,1

FONTE: Dados da pesquisa

De acordo com a Tabela 3, apesar de possuir dificuldades relevantes para se fazer cursos, os contabilistas atribuirão aos cursos, como sendo uma das fontes principais para se conhecer melhor do SPED, obteve uma media de 3,71, os cursos on-line também são realizados pelas empresas do sistema operacional dos escritório. Com a mesma media de 3,71 a consultoria técnicas terceirizadas também são bem utilizadas, dão suporte para a retirada de dúvidas em relação ao SPED.

O habito de leitura de livro e enciclopédia sobre o assunto de SPED, obteve uma media de 3,38, o índice ficou em cima da media, já que alguns dos entrevistados alegaram que não possuem o habito de leitura.

Questionário 5. Os objetivos do contador em relação ao SPED.

Na era do conhecimento, ter um bom software, para auxiliar na gestão nas operações não é o suficiente, para se alcançar os resultados, hoje com a implantação do SPED, o fisco possui acesso a praticamente todas as informações contábeis em tempo real dos contribuintes, informações como: compra de matérias-

primas, estoque, saídas e etc; isso faz com que seja impossível as empresas trabalharem sem o auxílio de um profissional contábil.

Seguindo essa premissa, apresenta-se o questionário 5 tabela 4, que trata dos objetivos do contador em relação ao SPED, o grau a ser medido e da importância de 1 a 5, semelhantes aos anteriores.

Tabela 4- Quais são os objetivos do contador em relação ao Sped?

Objetivos	Grau de importância					Media	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Auxiliar os clientes		3	2	5	14	4,25	5	1,07
Capacitar os empregados	9	2	4	6	3	2,67	3	1,52
Planejamento tributário			6	4	14	4,33	5	0,86
Entrega dos arquivos eletrônicos a receita	1	1	4	5	13	4,17	5	1,13
Dar rapidez aos processos		1	7	10	6	3,88	4	0,85
Integrar sistema de dados cliente e contador	4	1	5	11	3	3,33	4	1,27

FONTE: Dados da pesquisa

Demonstrado de uma forma mais expressiva na tabela 4, o objetivo mais relevante apontado pelos contadores entrevistados, é que o planejamento tributário se tornou uma das partes mais importantes com a chegada do SPED, obtendo uma média de 4,33, devido ao fato, que o fisco possui as informações das empresas em tempo real, então a transparências das informações fiscais se tornaram maior, e o combate da sonegação fiscal esta se tornado mais eficiente, e portanto, as empresas precisam se organizar melhor.

E neste contexto, de acordo com Duarte (2009, p.146),

Nenhum empresário ou gestor que se preze irá esperar a autoridade fiscal enviar a sua conta “no escuro”. Por isto, surge uma enorme necessidade de simulações e construções de cenários para que a empresa tenha um planejamento tributário adequado ao seu negócio.

Diante desses fatos, o auxílio aos clientes obteve a segunda maior média, com 4,25. Conforme Duarte (2009), fala sobre as características da assessoria, que são produzir conhecimento para assessorar o processo decisório, fornecendo subsídios ao planejamento e à execução das atividades no âmbito da administração tributária.

Neste sentido, como consequência, o contador sendo co-responsável da empresa, se vê obrigado há importar as informações do estabelecimento do cliente para seu escritório, e manuseá-lo e deixando de acordo com a legislação, para que possam ser enviados e entregues no prazo a RFB, obteve uma média de 4,17. Mas para Duarte(2009), ouve uma quebra de paradigmas com o SPED, relata que “podemos entender todo o SPED como uma evolução logística nos processos de entrega de informações contábeis, fiscais, financeiras e trabalhistas”.

Questionário 6. O impacto causado com implantação do SPED nas empresas de serviços contábeis.

Com o objetivo de integração, uniformização das obrigações acessórias e identificar atos ilícitos dos contribuintes, hoje o SPED é uma ferramenta que acompanha os processos contábeis, fiscal, financeiro e comercial das empresas.

Partindo desse propósito, questionário 6 tabela 5 demonstra, quais foram as mudanças proporcionadas pelo o SPED no ambiente do escritório e na profissão contábil. Aos pesquisados foi solicitado a atribuição do grau de impacto, sendo de 1 para menor, 2 para razoável, 3 para médio, 4 alto e 5 muito alto.

Tabela 5-Quais foram os impacto causado com implantação do SPED?

Impactos	Grau de impacto					Média	Mediana	Desvio Padrão
	1	2	3	4	5			
Autenticidade das			2	12	10	4,33	4	0,63

informações								
Maior conhecimento tributário		1	3	7	13	4,33	5	0,86
Investimento em capacitação		4	7	8	5	3,58	4	1,01
Diminuição na burocracia	13	4	6	1		1,79	1	0,97
Diminuição da carga de trabalho	11	5	6	1	1	2	2	1,14
Rapidez no processamento de dados	4	3	12	3	2	2,83	3	1,13
Aumento na competitividade	1	10	5	2	6	3,08	3	1,31
Aumento da oportunidade	1	2	4	9	8	3,88	4	1,11
Dificuldade de implantação	1	6	5	9	3	3,29	3,5	1,12
Aumento dos custos	1	2	10	6	5	3,50	3	1,06
Aumento da informatização	2	3	7	9	3	3,33	3,5	1,13
Domínio sobre o assunto	2	4	10	5	3	3,13	3	1,11

FONTE: Dados da pesquisa

Averigua-se que, com as maiores medias de 4,33, a autenticidade das informações e maior conhecimento tributário, foram na opinião do pesquisados foram o que mais impactaram, com a maior transparências das informações os contadores se viram obrigados a aprimorar seu conhecimentos tributários. Isso porque segundo Duarte(2009), o fisco esta de olho em cada operação realizada, empresas não podem dar-se ao luxo de enviar arquivos do SPED contendo

operações fraudulentas ou equivocadas. O remédio para se prevenir contra fraudes chama-se auditoria.

Na percepção dos contadores a implantação do SPED, colaborou para aumentar as oportunidades, com média de 3,88. neste sentido Duarte (2009), diz que as áreas de contabilidades que está renascendo são: “a auditoria contábil, a contabilidade fiscal consultiva e a contabilidade gerencial, em seus diversos sabores, saem do fundo do baú para se tornarem as grandes vedetes do momento”.

Durante a pesquisa, alguns entrevistados relataram, que a consultoria fiscal e contábil junto com assessoria, se tornaram áreas com potencial e de crescimento profissional, e possuem planos futuros, de empresa que oferecem serviços de consultoria e assessoria exclusivos para o SPED.

De acordo com o site RFB, haveria uma redução de custos, com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias, segundo os pesquisados isso não ocorreu na prática, a diminuição da burocracia não aconteceu, obteve uma média de 1,79, só fez aumentar, segundo os entrevistados, com a inclusão do SPED. A carga de trabalho não diminuiu pelo contrário houve um aumento considerado segundo os pesquisados, com média de 2, em virtude da maior responsabilidade tributária, auxílios aos clientes e atendendo as exigências do fisco.

Duarte (2009, p 148) complementa que o contador é

Imprescindível que um profissional de contabilidade participe do projeto de implantação do sistema. Aliás, participar é pouco. Ele é o principal responsável por este projeto, devendo atuar desde o processo de seleção até o acompanhamento pós-implantação. O contabilista deve validar as informações consolidadas e analíticas geradas pelo sistema, a partir de uma configuração adequada ao ambiente de negócios da empresa. Deve, ainda certificar-se de que o software de gestão fornecerá ferramentas para construção de cenários, geração de indicadores de resultado, relatórios e gráficos para análise gerencial, contábil e fiscal. Por fim, resta, ainda, o dever de estabelecer procedimentos de auditoria para garantir a integridade das operações e dos dados.

Em uma visão geral, o SPED busca a uniformização das informações e dados entre as administrações tributárias e os seus usuários. A fim de identificar quais

foram os pontos em que o SPED, mais impactou na profissão dos contabilistas, buscou-se nesta tabela responder um dos objetivos da pesquisa.

O SPED é um projeto que esta em andamento, futuramente outras obrigações acessórias serão implantadas, e mais empresas estarão participando desse projeto, as empresas os contadores e o fisco estão passando por um momento de mudanças adaptações, com a premissa de melhorar o ambientes de negócio no pais, redução do custo Brasil e diminuir a sonegação fiscal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo respondeu o problema da pesquisa, pois, demonstrou através da entrevista e tabulação dos dados, que o impacto causado pela implantação do SPED, fora na agregação de conhecimento sobre a legislação tributária, conforme demonstrado na tabela 5, busca efetuar para seus clientes um planejamento tributário, fato este esta na tabela 4, é o fator preponderante para uma informação de qualidade e transparente para o gestor e o fisco.

Outros fatores importantes apresentada na pesquisa foram as questões da diminuição da burocracia e a carga de trabalho, mostrado na tabela 5, uma das promessas do SPED é de uniformizar as obrigações acessórias, e que cada órgão fiscalizador ira ter acessos ao banco de dados da RFB e compartilhar suas informações entre si, mas ate que isto aconteça as antigas obrigações continua em vigor.

Este processo se mostrou ambicioso, por parte da RFB, pois, pretende fiscalizar os contribuintes em tempo real, informatizado, digitalizando e integrando todas as obrigações acessórias cabíveis a uma empresa; mais o projeto ainda caminha em passos lentos, no entanto, projeta um futuro promissor para os profissionais de contabilidade, onde respectivamente deixara de se configurar como aspecto fiscal, devido ao fato, que as demonstrações contábeis são feitas para atender o fisco, e não a real situação da empresas, para atuar como um gestor, uma vez que a informática esta sendo usada para facilitar esse processo.

Averiguou-se também, que o conhecimento mais elevado da legislação, dos tributos, se torna um diferencial, na percepção dos entrevistados, este fato foi visto como um ponto positivo, pois com o SPED, o mercado ira excluir automaticamente os profissionais que não se atualizarem, aumentando assim as oportunidades, o SPED é dado como uma ferramenta de valorização da classe, mais para ter um papel de destaque é necessário ter o domínio sobre assunto.

Quanto ao objetivo geral da pesquisa, identificou os impactos da implantação do SPED, apresentou-se que a veracidade das informações tributaria gerada pelas empresas, e entregue para o fisco, obteve pela analise dos resultados, a maior media do estudo, junto com as variáveis, maior conhecimento tributário e planejamento tributário.

Por se tratar de um tema de relevância e atual para a contabilidade, recomendo que, sejam efetuadas novas pesquisas para comparar se esta é a realidade das empresas na região, além de efetuar novas pesquisas sobre,

- Estudo de caso sobre a estrutura das empresas micro e pequenas, antes e depois do SPED.
- Estudo de caso da visão dos empresários sobre o SPED.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, Fernando Cafruni . **Aspecto da atuação profissional do contabilista- 3ª parte.** 2006. Disponível em [:http://www.grupouninter.com.br/revista/anteriores/index.php@edicao_id=3&menu_id=4&id=41](http://www.grupouninter.com.br/revista/anteriores/index.php@edicao_id=3&menu_id=4&id=41) Acesso em 06 de dez de 2012.

AJUSTE SINIEF 2, DE 3 DE ABRIL DE 2009. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/ajustes/2009/aj_002_09.htm acesso em: 01 de nov de 2012.

AZEVEDO, Osmar Reis. MARIANO, Paulo Antonio. **SPED: Sistema Publico de Escrituração Digital.** 2 ed. São Paulo: IOB, 2009.

BEUREN, Ilse Maria. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade : teoria e pratica /** organizadora e colaboradora, colaboradores André Andrade Longaray, Fabiano M. Raupp, Marco Aurélio Batista de Souza, Romualdo Douglas Colauto, Rosimenire Alves de S. P, 3 ed 6 reimp. São Paulo, Atlas, 2012.

CLETO, Nivaldo. OLIVEIRA, Flavio Rodrigues de. **Manual de Autenciação dos Livros Digitais – Escrituração Contábil Digital – ECD.** Disponível em : http://www.juntacomercial.pr.gov.br/arquivos/File/manual_sped.pdf . 1 ed. São Paulo: FISCOSoft, 2010.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Escrituração Contábil para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.** 1 ed. Brasília: CFC, 2007.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na era do conhecimento: como a certificação digital, SPED e NF-e estão transformando a Gestão Empresarial no Brasil.** 3 ed. Belo Horizonte, 2009.

DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal - IV – Manual de sobrevivência do empreendedor no mundo pós-SPED.** 4 ed. Belo Horizonte: Idéias@work, 2011.
DUARTE, Roberto Dias. **O básico do F-cont: conceitos.** <http://www.robertodiasduarte.com.br/index.php/o-basico-do-fcont/>. Acesso em 06 de dez de 2012.

EQUIPE DO PORTAL DE CONTABILIDADE, **O perfil do profissional contábil.** <http://www.portaldecontabilidade.com.br/noticias/contador_gerencia.html>. Acesso em 02 nov. 2012.

FARI, Murilo Arthur, NOGUEIRA, Valdir. **Perfil do profissional contábil: relações entre formação e atuação no mercado de trabalho .** disponível em <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/artic/e/viewFile/389/183>, e acessado em 30/04/2012.

GIL, Antonio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4 ed, São Paulo, Atlas, 2002.

Guia Prático da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP, da COFINS e da Contribuição Previdenciária Sobre a Receita Bruta – EFD-CONTRIBUIÇÕES. Versão 1.09
http://www.robertodiasduarte.com.br/wpontent/uploads/downloads/2012/08/Guia_Pratico_EFD_Contribuicoes_Versao_109.pdf. Acesso em 11 de Nov. 2012

GUIA PRATICO DA ESCRITURAÇÃO FISCAL. Versão 1.0.3. disponível em http://www.tirio.org.br/media/Guia_Pratico_da_EFD_v122008.pdf >. Acesso em 01 de out. 2012.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 6 ed. São Paulo, Atlas 2005.

MARCONI, Marina de Andrade, **Técnicas de Pesquisa : planejamento e execução de pesquisas , amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados** / Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 7 ed, 4 reimp. São Paulo, Atlas 2011.

MARTINS, Eliseu. **Ética geral e profissional em contabilidade/ Fundação e instituto de pesquisa contábeis e financeiras;** direção geral., coordenador Lazaro P. Lisboa, 2 ed. Reimp, São Paulo; Atlas 2011.

PLANALTO. **Emenda Constitucional Nº 42, de 19 de dezembro de 2003. Altera o sistema tributário nacional e da outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc42.htm. Acesso em 19 de set. 2012.

PERES, Adriana Manni. Mariano, Paulo Antonio. **Emissão e Escrituração de Documentos Fiscais.** 4 ed. São Paulo: IOB, 2009.

PORTAL DA NOTA FISCAL ELETRONICA. **Conceito, uso e obrigatoriedade da NF-e (26 questões).**
<http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/perguntasFrequentes.aspx?tipoConteudo=E4+mY+ODf4=> . Acesso em 10 out de 2012.

PROJETO CONHECIMENTO de TRANSPORTE ELETRONICO. **Manual do contribuinte -Padrões técnicos de comunicação ENCAT** . Disponível em: <http://www.cte.fazenda.gov.br/principal.aspx> . Acesso em 10 out de 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED.** <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/apresentacao.htm>>. Acesso em 20 de set. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **FCONT.** <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sistemas/fcont/o-que-e.htm> >. Acesso em 01 de out. 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED.** <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/>> acesso em 11 de Nov. 2012

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **SPED**. <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/historico.htm>. Acesso em 01 de dez de 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **LALUR**. <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/perguntao/dipj2008/Cap%C3%ADtulo%20VII%20-%20Escritura%C3%A7%C3%A3o%20%202008.pdf>. Acesso em 06 de dez de 2012.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **Instrução Normativa RFB nº 989, de 22 de dezembro de 2009**.< <http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9892009.htm>>. Acesso em 28 de nov 2012.

SÁ, Antonio Lopes. **Tendência do futuro da contabilidade**. disponível em http://www.crcba.org.br/boletim/artigos/tendencias_e_futuro_da_contabilidade.pdf, e acessado em 30/04/2012.

SEBRAE. **Idéias de negocio escritório de contabilidade**. Disponível em <http://www2.ms.sebrae.com.br/uploads/UAI/fichastecnicas/contabilidade.pdf>. Acesso em 03 de dez de 2012.

SISTEMA NOTA FISCAL ELETRONICO. **Manual de orientação do contribuinte – Padrões técnicos de comunicação- ENCAT**. Versão 5.0, Abril/2012 Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Manuais/Manual%20de%20Orienta%C3%A7%C3%A3o%20do%20Contribuinte%20%E2%80%93%20NF-e.pdf>. Acesso em 10 out. de 2012.

SOUZA, Tarcita Cabral Ghizoni de. **Modelo de gestão por atividades para empresas contábeis**. Dissertação para mestrados. 1 ed, Florianópolis, 2003.

YONG, Lucia Helena Briski. **SPED: Sistema Publico de Escrituração Digital**. 1 ed. Curitiba: Juruá Editora, 2009.